

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Letícia Coelho de Oliveira

**O RACISMO NA SALA DE AULA: UMA INTERVENÇÃO COM  
PROFESSORAS DA RME/BH**

Belo Horizonte

2012

Letícia Coelho de Oliveira

**O RACISMO NA SALA DE AULA: UMA INTERVENÇÃO COM  
PROFESSORAS DA RME/BH**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Docência na Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Prof. Dr. José Eustáquio de Brito

Belo Horizonte

2012

Letícia Coelho de Oliveira

## **O RACISMO NA SALA DE AULA: UMA INTERVENÇÃO COM PROFESSORAS DA RME/BH**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Docência na Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Relações Étnico-Raciais.

Aprovado em 14 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. José Eustáquio de Brito - Faculdade de Educação da UEMG

---

Prof. Francisco André Silva Martins

## RESUMO

A escola é um espaço de formação que pode construir ou desconstruir representações sociais em relação ao gênero, à etnia e à orientação sexual. A interação realizada dentro da escola influencia fortemente na formação das crianças que aprendem nesse espaço a se posicionar diante das questões do mundo, de outras pessoas, a tomar decisões, a viver em comunidade. A questão racial é um tema difícil de ser abordado, principalmente na primeira infância ou educação infantil. Nesse sentido, as inquietações que moveram a realização deste trabalho foram: as professoras da educação infantil reconhecem situações de discriminação racial no cotidiano escolar? E, caso reconheçam, como elas lidam com essa situação? Foi usada a técnica de grupo focal, realizado com a presença de cinco professoras da educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RME/BH), Minas Gerais, na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (Sind-Rede/BH). O debate expressou a preocupação das professoras em não saberem lidar com situações de discriminação racial com crianças da educação infantil que ainda existe a ausência de preparo dos docentes para lidarem com situações de discriminação racial em sala de aula. A falta de conhecimento sobre a Lei 10.639/03 entre as participantes do grupo focal demonstra que as iniciativas do poder público em aplicar as diretrizes desta lei ainda são insuficientes.

**Palavras-Chave:** Racismo – Discriminação na educação infantil – Professores

## SUMÁRIO

1. INTRODUZINDO UM TEMA E APRESENTANDO UM PROBLEMA ....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2. OBJETIVOS .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.1 Objetivo geral .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.2 Objetivos específicos .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3. JUSTIFICATIVA .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
4. REFERENCIAL TEÓRICO .....	15
5. METODOLOGIA .....	21
6. A PERCEPÇÃO DAS PROFESSORAS DA RMEBH SOBRE O RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	22
7. CRONOGRAMA .....	27
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	28
<u>9. REFERÊNCIAS</u> .....	29
<u>10. APÊNDICE A - Roteiro de questões para grupo focal</u> .....	31

## 1. INTRODUZINDO UM TEMA E APRESENTANDO UM PROBLEMA

A motivação para a realização dessa pesquisa-intervenção surgiu da experiência de sua autora na educação infantil e posteriormente no movimento sindical docente. Sabe-se que o racismo é uma ideologia ainda muito presente nas relações sociais e que é reproduzido nas relações no ambiente escolar. Nesse sentido, os movimentos sociais e sindicais sempre pautaram a luta contra o racismo na sociedade. Essas lutas têm resultado em ações afirmativas no campo social e educacional, mas ainda há muito que avançar no debate sobre a diversidade humana.

A sociedade brasileira possui uma dívida com sua população negra. O desenvolvimento da economia foi baseado no trabalho escravo que humilhou e oprimiu dezenas de milhares de negros por cerca de 300 anos, do período colonial até o fim do império, sendo abolido por meio da Lei Áurea em 1888. A abolição do escravismo não garantiu equidade social para negros e brancos. Historicamente, os negros ainda são a maioria nas prisões, nas favelas, nos empregos de menor remuneração e é a maioria dos mortos em virtude da violência.

O Brasil se destaca por ser a sexta maior economia do mundo, mas, também, pelas seculares desigualdades sociais. A contradição extrema é a marca deste país: de um lado, bairros luxuosos, padrão alto de consumo e de escolaridade, de outro, lugares desumanos para se viver, violência e fome. Guimarães (2006), ao analisar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996, usando metodologias quantitativas, averiguou que o salário por hora de um trabalhador negro é 17% inferior ao salário por hora de um trabalhador branco. Para a autora, as relações de produção capitalistas são marcadas pela discriminação racial e pelas diferenças educacionais entre brancos e negros, destinando aos negros piores remunerações. Os negros são maioria nos setores produtivos mais precarizados (agricultura, serviços) e no trabalho informal, possuem maior representatividade nas regiões Norte e Nordeste, que possuem piores condições de trabalho.

Além disso, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que os negros permanecem menos anos na escola. E, mesmo estando neste

espaço, os negros ainda podem sofrer com a má estrutura da escola pública e com o despreparo da equipe pedagógica em lidar com a diversidade racial. A escola é um espaço de formação que pode construir ou desconstruir representações sociais em relação ao gênero, à etnia e à orientação sexual. Para concretizar essa ação, trabalhadores da educação e estudantes se relacionam e cumprem determinada orientação curricular que potencializa ou não saberes que já fazem parte da vivência desses sujeitos. A interação realizada dentro da escola, por meio também do material didático, dos brinquedos, da literatura e das atividades pedagógicas, influencia fortemente na formação das crianças que aprendem nesse espaço a se posicionar diante das questões do mundo, de outras pessoas, a tomar decisões, a viver em comunidade.

A questão racial é um tema difícil de ser abordado, principalmente na primeira infância ou educação infantil. Muitos profissionais da educação acreditam que nessa fase não há discriminação racial. Entretanto, a vivência na educação infantil pela autora deste trabalho possibilitou o flagrante de diversos tipos de discriminação racial, para os quais não foi possível o combate devido à ausência de orientação. O que fazer: ignorar ou enfrentar?

Nesse sentido, o problema que norteou o nosso plano de ação pode ser formulado a partir da seguinte interrogação: as professoras da educação infantil reconhecem situações de discriminação racial no cotidiano escolar? E, caso reconheçam, como elas lidam com essa situação?

Para buscar respostas a essas questões, optou-se pela técnica de grupo focal, que consiste na reunião de um grupo e a sugestão de algumas questões a serem debatidas com os participantes. O grupo focal foi feito com a presença de cinco professoras da educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RMEBH), Minas Gerais, na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Municipal de Belo Horizonte (Sind-Rede/BH). Optou-se por esse modelo de intervenção devido ao fato da autora deste trabalho estar afastada da sala de aula para o exercício do mandato sindical no Sind-Rede/BH.

A exposição do trabalho foi organizada da seguinte maneira: no capítulo dois foram

apresentados os objetivos da intervenção realizada com as professoras; no capítulo três, apresentou-se a justificativa da importância de se realizar este trabalho no campo da educação; no capítulo quatro, foram retomados autores que se debruçaram sobre os temas de racismo na escola, em especial, entre crianças na educação infantil e a atuação dos docentes no combate às relações discriminatórias. No capítulo cinco, foi delineada a metodologia usada para a realização deste trabalho. As apropriações feitas pela autora do debate realizado no grupo focal foram relatadas no capítulo seis. No capítulo sete, manteve-se o quadro de cronograma da realização do trabalho. E, finalmente, na conclusão, retomou-se o debate relatado no grupo focal à luz do referencial teórico adotado, apontando futuras intervenções entre professores da educação infantil sobre a questão racial.



## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivos geral**

- ✓ Buscar o entendimento junto às professoras da educação infantil da RME/BH sobre a discriminação racial na sala de aula e as formas de enfrentamento.

### **2.2 Objetivos específicos**

- ✓ Problematizar a questão da discriminação racial entre crianças da educação infantil;
- ✓ Recolher relatos dos professores sobre ações discriminatórias que presenciaram em sala de aula e a reação deles diante de tais ações;
- ✓ Apreender o entendimento dos professores sobre a Lei 10639/03;
- ✓ Refletir sobre a necessidade de se preparar o professor da educação infantil para lidar com a discriminação racial entre crianças, incluindo no currículo da educação infantil elementos do ensino da história e cultura afrobrasileira.

### 3. JUSTIFICATIVA

A presença da ideologia racista e a desigualdade social que potencializa o racismo são elementos que fazem parte da constituição das crianças e é com esses elementos que elas chegam à escola. O Estado brasileiro, pesquisadores, grupos de defesa dos direitos dos negros e professores têm construído ferramentas que contribuem para o combate ao racismo dentro e fora da sala de aula. A instituição da Lei 10639/03, que orienta a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, é um passo para a formação dos novos sujeitos para a diversidade.

Entretanto, o recente debate sobre as cotas raciais nas universidades públicas evidenciou que a população, em grande medida, ainda não compreende as facetas da discriminação racial ligada às condições econômicas da maioria da população negra devido ao histórico da escravidão no país e no mundo. Da mesma maneira que algumas ações discriminatórias carregadas de sutilezas não são entendidas como racismo, o que leva muitas professoras da educação infantil a acreditarem que a discriminação racial não deva ser pauta desse nível de ensino.

A educação infantil é o primeiro espaço de interação da criança com o mundo escolar, e essa etapa da educação básica é a base do desenvolvimento do ser humano nas várias dimensões, inclusive na construção da identidade étnico-racial e do respeito à diversidade (VALENTE 1995). Nesse sentido, é importante compreender se as professoras da educação infantil reconhecem as situações de discriminação racial e como respondem a essas situações. É importante também avaliar se a formação acadêmica tem respeitado os preceitos da diversidade, orientando os educadores sobre o conteúdo da Lei 10639/03.

Durante a experiência da autora deste trabalho com o trabalho na educação infantil, foram vivenciadas diversas experiências de discriminação racial na sala de aula, com “brincadeiras” das crianças providas de palavras carregadas de preconceitos raciais, de gênero e de orientação sexual. Por diversas vezes, a autora não conseguiu dar resposta a essas situações. Não existe uma preparação, nem na graduação, nem durante o exercício profissional, para que os professores consigam lidar de maneira profissional e consciente com essas situações, levando o debate

sobre o racismo para a sala de aula e para a sala dos professores. De maneira geral, o que acontece é o contrário: os professores e funcionários ignoram a situação ou, no limite, solicitam ao aluno que cometeu o xingamento que peça desculpas pelo ato. Contudo, não há uma discussão mais profunda no ambiente escolar que envolva toda a comunidade.

Em se tratando das escolas públicas de educação infantil, no caso de Belo Horizonte, Unidades de Educação Infantil (UMEl), a situação ainda é mais grave. A maioria das UMEl está instalada nos bairros mais pobres da cidade, cuja população é majoritariamente negra ou parda. A experiência em sala de aula demonstra isso. Observa-se que as crianças brancas reproduzem uma relação de superioridade com as crianças negras ao depreciarem a cor da pele, o cabelo crespo, os traços negros e a condição social. Essa relação discriminatória também já foi observada entre as próprias crianças negras que depreciam seus próprios traços físicos ou o fato dos pais vincularem-se a profissões entendidas socialmente como subalternas como empregado doméstico, gari ou servente de pedreiro, por exemplo. Além disso, o corpo docente não está preparado e, muitas vezes, também reproduz a discriminação mesmo que inconscientemente.

Nesse contexto, é necessário dar continuidade a pesquisas entre professores da educação infantil para ampliar os diagnósticos sobre a relação destes profissionais com situações de discriminação racial. As pesquisas no nível de graduação ou pós-graduação permitem uma aproximação do universo docente para o acompanhamento da implementação de leis que busquem a garantia da diversidade humana.

Dessa maneira, essa pesquisa-intervenção se justifica tendo em vista a necessidade de se aproximar do universo das professoras da educação infantil da RME/BH, buscando o entendimento dessas profissionais sobre a discriminação racial e as formas de enfrentá-la no cotidiano da sala de aula. Foi realizada pesquisa no catálogo *on-line* do Sistema de Bibliotecas da UFMG restringindo a busca a dissertações, teses e monografias, frutos de pesquisas da universidade. Foram encontrados poucos trabalhos que relacionem racismo, discriminação racial, professores e educação infantil (estes foram os termos de busca usados) e todos os

trabalhos encontrados foram monografias de conclusão do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica (LASEB) da Faculdade de Educação da UFMG. As referências dos trabalhos encontrados podem ser vistas no Quadro 1:

**Quadro 1: Trabalhos recuperados no catálogo do Sistema de Bibliotecas da UFMG**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Unidad e</b>	<b>Ano</b>
SOUZA, P. R. A. de; PINTO, M. J. B.	Ações educativas de combate ao racismo no âmbito escolar e valorização da cultura afro-brasileira*	FAE	2010
FREITAS, A. A. de; JORGE, L. dos S.; JORGE, M. L. dos S.	Artes e literatura: prevenção ao racismo na educação infantil*	FAE	2010
SOUZA, A. L. A. de; COSTA, J. R. L. da	A escolarização da literatura infantil como prática antirracista na educação*	FAE	2010
SANTOS, C. R. dos; PINTO, M. J. B.	Identificando e superando o racismo na escola*.	FAE	2010
PAULA, I. de S. R. de; PINTO, M. J. B.	Projeto 'eu sou assim!': a construção da identidade na educação infantil numa perspectiva de afirmação étnico-racial positiva*.	FAE	2010
BARRETO, L. E. dos R.; OLIVEIRA, E. de	Valorizando a diversidade étnico-racial através da literatura: possibilidades de aplicação da lei 10639/03 em uma turma de educação infantil*	FAE	2010

\*Monografia do Curso de Pós-Graduação LASEB/FAE

Fonte: Elaborado pela autora com dados de pesquisa bibliográfica feita no catálogo *on-line* do Sistema de Bibliotecas da UFMG, disponível em:

<<https://catalogobiblioteca.ufmg.br/pergamum/biblioteca>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

Essa pesquisa bibliográfica revelou que a preocupação com a discussão racial na educação infantil está mais presente entre estudantes da especialização. Há pouca produção no âmbito do mestrado e doutorado. Não foram encontrados trabalhos que

dessem voz aos professores dessa faixa etária, o que guarda relação com a proposta do LASEB. Assim, o tipo de trabalho ora proposto, voltado para os professores da educação infantil também se justifica pela pouca produção que neste campo é feita por estudantes e pesquisadores vinculados à UFMG.

#### 4. REFERENCIAL TEÓRICO

Pesquisadores de diversas áreas têm se debruçado a demonstrar os elementos do racismo que estão presentes no cotidiano escolar, desde os xingamentos e piadinhas em sala de aula entre os alunos, até o posicionamento do professor e o material didático usado na escola. Com relação à educação infantil, alguns autores também têm se debruçado para compreender como as crianças podem reproduzir o racismo na relação com outras crianças e como o menor ato de uma professora pode ser perpetuador de um ciclo de sujeição e de inferioridade dos negros em relação aos brancos.

A perspectiva étnico-racial da desigualdade brasileira na educação, que se mostra por meio de um racismo “direto” ou uma discriminação “sutil”, mascarada no material didático ou no trato do profissional com os estudantes negros, tem chamado atenção de pesquisadores como: Lima (2010), Guimarães (2006), Oliveira (2005), Cavalleiro (2000), Néri da Silva (1999), Rosemberg (1999), Valente (1995) Gonçalves (1985), para citar alguns entre tantos outros.

Em sua pesquisa de mestrado, Cavalleiro (2000) ao fazer imersão em uma escola pública de educação infantil em São Paulo, conseguiu captar diversas situações de menosprezo e humilhação de crianças negras. E essas ações não eram praticadas somente pelas crianças; professoras também usavam palavras que desmotivavam e demonstravam inferioridade de crianças negras em relação á brancas.

A autora pôde observar que o racismo era reproduzido nas brincadeiras das crianças quando se tratava de disputa de poder e até mesmo de se permitir que uma criança negra pudesse brincar com as demais. Uma das crianças havia relatado para a pesquisadora que as outras crianças só brincavam com ela quando levava algum brinquedo. Além disso, as crianças usavam a cor da pele para ofensas, dizendo às crianças negras que eram pretas porque não tomavam banho ou que “preto tem que roubar mesmo” (CAVALLEIRO, 2000).

Entre as professoras, o racismo aparecia na maneira delas lidarem com crianças negras. Uma professora havia apelidado duas crianças mais agitadas de “filhotes de

São Benedito”, outra professora elogiava de maneira diferenciada alunos brancos e negros. Os alunos brancos eram elogiados na perspectiva da sua humanidade, como alunos bons, inteligentes ou espertos. Já os alunos negros recebiam elogios conexos às tarefas que cumpriam (CAVALLEIRO, 2000).

Em artigo de opinião do Jornal Correio Brasiliense, Sueli Carneiro (2000) abordou a apresentação da pesquisa citada anteriormente para um grupo de estudantes, abordando o quanto as pessoas presentes se sentiram incomodadas com os dados apresentados. Segundo a autora, não seria para menos o mal estar das professoras uma vez que a prática pedagógica na educação infantil (um espaço sacro em relação às críticas) ainda está marcada pela omissão das educadoras em relação aos estereótipos impostos às crianças negras.

Néri da Silva (1999) também analisou as relações entre educadoras e crianças nas creches de Niterói, identificando na postura das professoras elementos sexistas e racistas. Ao reproduzirem na ação educativa os estereótipos presentes na formação das próprias professoras, elas reforçavam esses estereótipos, que são conformados socialmente, o que levava à inferiorização das crianças negras no ambiente escolar. A escola acaba se constituindo em mais um *locus* de conformação da criança negra como subalterna, num círculo vicioso de sujeição e submissão.

Sendo um espaço social no qual as crianças passam um tempo significativo do seu cotidiano interagindo com outros sujeitos, parece pertinente pensar na escola como foco privilegiado das práticas sociais. Como tal, a escola se constitui como espaço de formação identitária dessas crianças, bem como dos demais sujeitos do cotidiano escolar, considerando que as identidades são dinâmica e continuamente (re) construídas nas relações sociais [...] (LIMA, 2010, p. 3).

Ortiz (2007) mostra a reprodução do racismo na escola a partir do momento que as crianças passam a usar as características físicas, as palavras depreciativas e referências negativas ao se referirem às crianças negras. Corroborando com Cavalleiro (2000), Ortiz afirma que os professores se silenciam diante dessas situações, reprimindo a criança negra quando se defende, contribuindo, assim, para a reprodução da discriminação racial na escola.

As crianças brancas logo descobrem o poder de suas palavras e de seus xingamentos, as referências negativas à cor da pele (neguinha, carvão) e ao cheiro (fedorenta), associam a cor preta à sujeira (não toma banho) e as usam principalmente como uma arma em situações de disputa, de conflito. Como não são repreendidos pelos professores, acabam reproduzindo a situação inúmeras vezes, como que autorizados por eles. Por outro lado, as crianças negras tendem a silenciar cada vez mais e a fugir das situações de conflito e de disputa, isolando-se (ORTIZ, 2007).

A instituição da Lei 10639/03 é um dos primeiros passos para a ampliação do debate sobre a questão racial a partir do ensino da história e da cultura afro-brasileira. Conhecer uma cultura é uma arma importante para o combate à discriminação. De acordo com Oliveira (2007) a instituição dessa lei foi importante não só para o conhecimento dos docentes sobre a temática racial, como também por proporcionar uma postura de ensino calcada na diversidade cultural a partir do debate das questões étnicas.

A partir de enfoques teóricos que repensam os contextos educacionais com base numa leitura intercultural dos processos educativos, veremos que as implicações para a educação das relações étnico-raciais são muito mais complexas e tensas do que se possa imaginar. Ou seja, exigir dos docentes a aplicação das novas diretrizes que incluem nos currículos, histórias da África e das relações étnico-raciais em educação, significa mobilizar subjetividades, desconstruir noções e concepções apreendidas durante os anos de formação inicial e enfrentar preconceitos raciais muito além dos muros escolares (OLIVEIRA, 2007, p. 01).

O histórico de escravidão do Brasil e a perpetuação das ideologias que discriminam os negros, além da manutenção de uma grande parte da população negra na pobreza, são fatores que possibilitam a perpetuação do racismo, que é introjetado, inclusive, entre os profissionais do ensino. Nesse sentido, Oliveira (2007) demonstra que há uma grande diferença entre as aceções teóricas a respeito da história e cultura afro-brasileira e as práticas com relação às atitudes discriminatórias de pais e alunos. Num primeiro momento, muitos professores ainda reproduzem argumentos sobre a inferioridade dos negros, num segundo momento, não conseguem enfrentar situações discriminatórias, preferindo o silêncio e, por último, a queixa da ausência de condições de trabalho para a implementação das diretrizes da Lei 10.639/03:



Nestas pesquisas vêm se destacando os chamados saberes da experiência que, se relacionados às falas dos docentes, confirmam concepções hegemônicas de senso comum, desconhecimentos históricos, a pessoalidade das relações que procura evitar conflitos cognitivos ou constrangimentos de opinião. Nestes aspectos, se inserem as falas de professores que, constrangidos pela evidência do racismo, não sabem lidar com pais de alunos ou não repreendem posturas racistas, seja lá de onde vierem. Ou também, quando não enfrentam os acobertamentos de colegas de profissão, quando estes solicitam “deixar de lado” um possível conflito advindo de uma situação de discriminação contra crianças e jovens negros como: “as crianças negras são chamadas de faveladas e o professor não intervém”. Enfim, há uma distância entre as reflexões teóricas e conceituais sobre a questão étnico-racial e a disponibilidade efetiva, de grande parte dos docentes, de enfrentar possíveis conflitos na prática de ensino (OLIVEIRA, 2007, p. 03-04).

Assim, a realidade vem mostrando que a aplicação das diretrizes da Lei 10639/03 exige ações que ultrapassem o seu conhecimento. Os professores precisam se dispor a combater o racismo entre pais e alunos e, para construir essa disposição é necessário criar mecanismos para o aprendizado e a conscientização dos professores e a criação de intervenções pedagógicas que possibilitam a reflexão com alunos e pais. Os docentes precisam compreender que o debate sobre a desigualdade racial pretende desmascarar o racismo “cordial” ou sutil e não oferecer “facilidades” para a população negra.

Dessa maneira, os cursos de magistério, pedagogia, normal superior e as licenciaturas precisam rever os currículos, seguindo as diretrizes para o ensino da cultura e história afro-brasileira e incluindo um debate mais aprofundado, que possibilite uma contradição com as concepções racistas que, porventura, existem entre os alunos, que serão futuros professores. Nesse sentido, Pinto (1999), em artigo anterior à publicação da Lei 10.639/03, já afirmava a ausência de impacto de estudos das relações raciais nos artigos que abordam a atuação e formação do professor. De acordo com a autora:

O grande desafio não é só formar um professor que domine o conteúdo, mas a metodologia que irá possibilitar um melhor aproveitamento desses alunos que, com o processo de democratização da educação, passaram a constituir uma parcela considerável da clientela da escola pública. Concomitantemente, e como decorrência da necessidade de transmitir de modo eficiente os conteúdos escolares, há uma preocupação com a maneira pela qual o professor percebe esse aluno. No contexto dessas reflexões, os assuntos que dizem respeito à diversidade étnico-racial em geral e do alunado, em particular, são praticamente ignorados, a despeito dos estudos que articulam relações raciais e educação já há algum tempo virem denunciando o despreparo do professor para lidar com situações que ocorrem em razão dessa diversidade. Cabe indagar, portanto, até que ponto essa dificuldade de ver e de se posicionar. Perante as diferenças étnico-raciais está relacionada com a formação que os cursos de magistério proporcionam ao futuro professor (PINTO, 1999, 207).

Recentemente, alguns estudos vêm procurando averiguar o impacto do ensino da história e cultura afro-brasileira sobre a prática pedagógica dos docentes. Vitorino (2011) abordou em pesquisa de mestrado essa temática. Segundo este autor, a realização de palestras visando à formação de professores do ensino básico na temática racial, independente da disciplina que o professor leciona, tem provocado mudanças da postura destes professores, que passam a reconhecer situações de preconceito e discriminação racial, intervindo sobre elas. Entretanto, o pesquisador afirma que este movimento ainda é tímido e que as pesquisas e “a prática em sala de aula ainda têm sido insatisfatórias e essa omissão corrobora comportamentos racistas presentes em nossas instituições” (VITORINO, 2011, p. 131). Para o autor, a educação antirracista passa pelos currículos e conteúdos dos materiais didáticos usados em sala de aula, criando um ambiente em que não haja medo nem mal-estar quando se aborde a existência do racismo e de que maneira aparece nas relações sociais.

Ogawa e Souza Neto (2010) em pesquisa realizada em creches de Mato Grosso verificaram a importância da intervenção dos docentes sobre as situações de preconceito que surjam entre as crianças.

Essa intervenção é justificada pelo fato de, em situações sociais livres, tais como nas brincadeiras comandadas pelas próprias crianças, ao se relacionarem, por diversas vezes, manifestam ações e reações embasadas em pressupostos discriminatórios. As relações desempenhadas pelos pré-escolares em situações sociais livres são relações apropriadas mediante um moroso processo educacional, ou seja, nada têm de espontâneas. Esse processo, por ser dialético e aprofundado historicamente capitalista, faz com que as crianças ao se apropriarem dos principais conhecimentos produzidos pela sociedade da qual fazem parte, também se deparem com todas as agruras características dessa estrutura social, tais como: a segregação, o racismo, a xenofobia, o machismo, a rigidez nos padrões estéticos corporais, a desigualdade econômica, cultural, política e educacional (OGAWA; SOUZA NETO, 2010, p. 07).

Dessa maneira, o educador exerce uma função importante na (re)construção das identidades individuais e coletivas dos educandos. Nesse sentido, é importante que ele tenha espaços para debater sobre a conjuntura que propicia a perpetuação de relações desiguais e discriminatórias, se apropriando de elementos teóricos e práticos que possibilitem uma intervenção consciente em todos os níveis de ensino.

## 5. METODOLOGIA

Devido ao afastamento da autora deste trabalho da sala de aula para o exercício do mandato sindical no Sind-Rede/BH, optou-se por realizar a intervenção junto a professoras da educação infantil. A categoria docente da educação infantil da RMEBH é majoritariamente feminina. Segundo dados do Sind-Rede/BH, até o mês de julho de 2012, havia somente quatro homens atuando como professores nesse nível de ensino. Nesse sentido, a intervenção se deu com cinco professoras. A composição do grupo se deu a partir da divulgação da atividade do debate “Racismo na educação infantil: o que fazer?” e a participação espontânea de professoras com interesse nesse tema.

A técnica de intervenção usada foi grupo focal, um procedimento que estimula “os participantes a falar e reagir àquilo que outras pessoas no grupo dizem” (Gaskell, 2002, p. 75). Assim, essa técnica possibilita o debate entre as participantes, permitindo uma intervenção em dois sentidos. No primeiro sentido, para a coleta das opiniões e vivências das participantes e, no segundo momento, para a reflexão das participantes sobre o tema. O grupo focal, segundo Gaskell (2002, p. 75), “é uma interação social mais autêntica do que a entrevista em profundidade”. Dessa maneira, o grupo focal permite aprofundar na discussão do tema proposto, captando reações e opiniões das pessoas sobre as situações de discriminação racial vividas por elas no âmbito da educação infantil.

O grupo focal foi realizado em junho de 2012 na sede do Sind-Rede/BH, a partir de divulgação nas escolas por meio de representante de escola. Para o norteamento do debate, foi usado um roteiro com treze questões. No primeiro momento, a autora procurou ouvir as experiências das participantes, anotando as falas consideradas principais para os objetivos do trabalho. Logo a seguir, a autora procurou intervir com informações e questionamentos que pudessem aprofundar o debate, resultando num momento de reflexão das professoras participantes.

## 6. A PERCEÇÃO DAS PROFESSORAS DA RME/BH SOBRE O RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nesse capítulo, serão analisadas as falas que surgiram no grupo focal realizado na sede do Sind-Rede/BH com professoras vinculadas à educação infantil da rede pública municipal de Belo Horizonte. No Quadro 2 estão dispostos os dados sobre a formação, o acúmulo de cargos e o tempo de trabalho na educação infantil. A escolha por dispor estes dados num quadro foi feita objetivando a facilitação da leitura.

**Quadro 2: Dados das participantes do grupo focal**

Participante	Formação	Trabalha em outra rede de ensino	Tempo de trab. c/ Ed. Infantil
A	Magistério/ 4º período Pedag.	Pref. Sabará	6 anos
B	Não informou	Não	20 anos
C	Pedagogia	Não	8 anos
D	Pedagogia	Não	15 anos
E	Pedagogia	Não	8 anos

**Fonte:** Elaborado pela autora com dados do grupo focal com professoras da educação infantil da RME/BH (2012)

Durante o debate, todas as participantes afirmaram terem presenciado alguma situação de racismo entre as crianças nas UMEIs. E essas situações variam desde os xingamentos de cunho racista e homofóbico até situações de isolamento das crianças negras. As participantes afirmaram terem presenciado esse tipo de situação por várias vezes, foi pedido, então, que relatassem as situações que mais as chocaram. Apareceram os seguintes relatos:

Várias e o que mais me chocou foi que um colega negro de cinco anos chamou a colega negra da mesma idade de King Kong (Profa. A).

Já vi uma criança de outra turma chamar a outra de menina gorda, pretona e macaca (Profa B.).

As crianças combinaram de não conversar com uma menina da mesma sala porque ela era preta, gorda e o cabelo era feio (Profa. C).

Os meninos batiam e riam muito de um colega, que tinha gestos afeminados e os chamavam de “Bicha Preta” (Profa D). .

Um aluno não queria dançar quadrilha com a outra aluna que é negra porque todos riam dele e ele chorava muito. A menina também chorava porque acreditava que as pessoas não gostavam dela (Profa E).

Quando questionadas sobre como reagiram diante dessas situações, cada professora relatou um tipo de ação. Nenhuma delas intercedeu na hora em que aconteceu a ação discriminatória entre as crianças. Duas participantes falaram com as professoras das crianças que cometeram o fato, uma afirmou ter mantido a observação das crianças para intervir caso as crianças voltassem a bater ou ofender o menino negro e uma afirmou não ter feito nada, pois a direção da escola já teria tomado providências junto à família do menino que chamava a colega de King Kong. A participante D ainda frisou que “não sabia o que fazer” diante da situação vivida. A professora E substituiu a parceira do menino que não queria dançar com a colega por ser negra e os outros riram dele, aplicando uma espécie de castigo ao garoto, que ficou fora da quadrilha junina. Ela afirmou a necessidade de se realizar uma intervenção junto à comunidade, que acaba não se concretizando porque os outros professores acreditam que não existe racismo entre as crianças da educação infantil.

Não fiz nada não, mas a direção [da escola] chamou a família do menino para conversar e o fato não se repetiu mais com aquelas crianças (Profa. A).

Falei com a professora da menina e ela me disse que não sabe o que faz, que isto é constante na sua classe, não soube como ajudar (Profa B).

Conversei com a professora dela e no parquinho tentei interagir a mesma com outras crianças (Profa. C)

Como as crianças eram muito pequenas eu ficava sem reação e tentava atrair a atenção delas para outras atividades e fiquei observando para intervir se voltasse a acontecer. Eu não sabia o que fazer, na verdade. (Profa. D).

Arrumei outra criança para dançar com ela e o menino ficou sem dançar. Acho que precisava fazer um trabalho com as famílias e comunidade, mas não tive apoio da escola. O grupo de professores acreditava que na Educação Infantil não existe racismo (Profa E).

As falas evidenciam a ausência de preparo das professoras para intervirem em situações de discriminação racial. O fato das crianças serem pequenas dificulta

ainda mais a ação das professoras, pois, nessa idade, é mais difícil agir a partir da reflexão sobre o ato discriminatório, como geralmente é feito com crianças maiores ou adolescentes.

O debate entre as participantes também evidenciou ações discriminatórias cometidas pelos funcionários das escolas entre eles mesmos e em relação aos alunos negros ou às mães dos alunos.

As pessoas negras não conseguem se enturmar com os demais e a maioria se encontra no caixa escolar que são faxineira e porteiros, já vi funcionários dizer que uma mulher negra parecia uma “macaca” e também disse que o pênis do porteiro deveria ser muito feio, pois era muito “preto”. (Profa. B)

Já ouvi brincadeiras do tipo: ‘olha a cor do fulano, por isso que ele fez isso’, ‘preto quando não suja na entrada, suja na saída’, isso para mim é racismo (Profa. C).

Funcionários chamando, entre eles, a mesma criança que falei antes de “Bicha Preta” e falando dos cabelos das mães que iam buscar os filhos na UMEI, por serem negras (Profa D.).

A professora titular de uma determinada sala não aceitava a professora que era apoio. Não existia outro fator que explicasse essa rejeição, a não ser, a cor da pele. A professora apoio era negra (Profa E).

Assim, as falas corroboram com as pesquisas da área que afirmam que os professores ainda não estão preparados para o combate ao racismo na escola de educação infantil e que também reproduzem a discriminação racial, em alguma medida. As falas em relação aos funcionários também mostram a imagem do negro e das suas características físicas como algo inferior, como elementos que possam justificar o erro cometido pela, “preto quando não suja na entrada, suja na saída”.

Sobre a intervenção pedagógica, as participantes foram questionadas sobre se, de alguma maneira, abordam a história e a cultura afro-brasileira em sala de aula. A professora A afirmou que aborda a cultura afro-brasileira quando trabalha com as crianças o folclore brasileiro, “só quando estudamos sobre o Folclore Brasileiro”. As professoras B e C falaram que usam a contação de histórias com personagens negros, “eu conto histórias da Bonequinha Preta e Menina Bonita do Laço de Fita, faço teatro para eles” (profa. B), “não em forma de projeto, mas conto histórias sobre personagens negros” (profa C.) e as entrevistadas D e E afirmaram que nunca trabalharam a temática afro-brasileira, mas já realizaram projetos focando a diversidade.

Quando questionadas sobre a abordagem do racismo em sala de aula com as crianças, todas afirmaram que não realizam esse tipo de intervenção porque lidam com crianças muito pequenas, não sabem como abordar essa temática e acreditam que as crianças não cometem ações discriminatórias “por mal” (profa. D). A professora A. ainda afirmou que o “ensino na UMEI é muito tradicional” o que dificulta esse tipo de debate na escola e a professora B disse não perceber a necessidade de debater essa temática com sua turma. A professora E disse nunca ter pensando sobre a possibilidade de abordar sobre o racismo com as crianças, “acho que precisaria do apoio da escola e do grupo de professores”.

A maioria das participantes do grupo mostrou desconhecimento em relação à Lei 10.639/03. Somente a professora D disse conhecer porque já participou de debates sobre a lei, promovidos pelo Sind-Rede/BH. A professora E afirmou que só tomou conhecimento da lei com a propaganda do curso de pós-graduação sobre relações étnico-raciais do LASEB, do qual foi impedida, pela prefeitura, de participar, porque já possuía especialização. Todas as professoras afirmaram desconhecerem a existência de ações da Secretaria de Educação da PBH visando à aplicação das diretrizes da Lei 10.639/03 na educação infantil. Afirmaram também que não tiveram contato com temáticas da história e cultura afro-brasileira durante a formação como docentes.

Quando se debateu sobre as possibilidades de aplicação das diretrizes da Lei 10.639/03 na educação infantil, todas as participantes afirmaram ser importante esse tipo de abordagem com as crianças.

Acho que deveria ter um projeto anual e com a participação da família, pois é necessário e difícil de ser tratada (Profa A).

Acho necessário, pois não sabemos como agir quando acontece, principalmente, na educação infantil, que é a base da educação básica (Profa B).

Acho muito importante, pois as crianças vão adquirindo atitudes racistas e nós professores não temos formação suficiente para reverter o quadro (Profa C).

Acho muito importante, pois entre as crianças, o racismo deve ser evitado desde cedo (Profa D).

Acho importante, mas sem formação específica não dá (Profa E).



Como se pode perceber pelo recorte das falas apresentado, o debate expressou a preocupação das professoras em não saberem lidar com situações de discriminação racial com crianças da educação infantil. Afirmaram também a importância do envolvimento das famílias das crianças.

## 7. CRONOGRAMA

	Fev/12	Mar/12	Abr/12	Mai/12	Jun/12	Jul/12
Definição do tema de pesquisa						
Pesquisa bibliográfica						
Grupo focal com professoras						
Análise do registro do grupo focal						
Redação do TCC						
Entrega do TCC						
Defesa do TCC						

## **8.CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O debate realizado entre as professoras da educação infantil da RMEBH mostrou que ainda existe a ausência de preparo dos docentes para lidarem com situações de discriminação racial em sala de aula. Os relatos mostraram que as professoras transferem a responsabilidade de intervir sobre tais situações para outros profissionais porque se sentem sem condições de debater com as crianças. Por outro lado, apareceram também considerações de que não há racismo entre crianças da educação infantil porque elas não “agem por mau”.

A falta de conhecimento sobre a Lei 10.639/03 entre as participantes do grupo focal demonstra que as iniciativas do poder público em aplicar as diretrizes desta lei ainda são insuficientes. Dessa maneira, é importante que o poder público avance nessa discussão, superando os limites da sala de aula e buscando a integração com a comunidade escolar.

Finalmente, é necessário que se desenvolvam mais intervenções e pesquisas voltadas para a temática racial entre docentes e crianças da educação infantil para que se possa contribuir para o efetivo combate à discriminação, garantindo a construção de uma educação para a diversidade em todos os níveis de ensino

## 9. REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n.10639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://portal.in.gov.br/>>. Acesso em 30 abr. 2012.

CARNEIRO, S. Racismo na educação infantil. *Jornal Correio Brasiliense*, Brasília, , 10 nov. 2000. Coluna Opinião. Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/?p=17958>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

CAVALLEIRO, E. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W. ; GASKELL, G.(Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 3, p.64-89.

GONÇALVES, L. A. O. *O silêncio, um ritual pedagógico a favor da discriminação racial: um estudo da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de 1ª a 4ª série*. 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 1985.

GUIMARÃES, R. O. Desigualdade salarial entre negros e brancos no Brasil: discriminação ou exclusão? *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 227-251, dez. 2006.

LIMA, M. B. Infância afro-brasileira e cotidiano escolar: reflexões necessárias. In: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 4, 2010, Laranjeira, SE. [Anais eletrônicos...] Laranjeira, SE, 2010. Disponível em: <[http://www.educonufs.com.br/IVcoloquio/cdcoloquio/eixo\\_01/E1-40.pdf](http://www.educonufs.com.br/IVcoloquio/cdcoloquio/eixo_01/E1-40.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2012.

NERI DA SILVA, V. L. da. Os estereótipos racistas e sexistas no imaginário de educadoras infantis: suas implicações no cotidiano escolar. In: LIMA, I. et al (Org.). *Os negros e a escola brasileira*. Florianópolis,SC: NEN, 1999.

OGAWA, M. H. K.; SOUZA NETO, J. de. Ambiente pré escolar [sic]: a manifestação de preconceitos e a intervenção do educador. *Eventos Pedagógicos*, Sinop, MT, v.1, n.1, p.1-10, 2010.

OLIVEIRA, L. F. de. Concepções Docentes sobre as relações étnico-raciais em educação e a Lei 10.639. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30, 2005, Caxambu, MG. [Anais eletrônicos...] Caxambu, MG: ANPED, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT04-3068--Int.pdf>>. Acesso em:

30 abr. 2012.

ORTIZ, C. Só não enxerga quem não quer: racismo e preconceito na Educação Infantil. *Revista Educarede*, 13 nov. 2007 Disponível em: <[http://www.educared.org/educa/index.cfm?pg=revista\\_educarede.especiais&id\\_especial=284](http://www.educared.org/educa/index.cfm?pg=revista_educarede.especiais&id_especial=284)>. Acesso em 02 jun. 2012.

PINTO, R. P. Diferenças étnico-raciais e formação do professor, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 108, p.199-231, nov. 1999.

ROSEMBERG, F. expansão da educação infantil e processos de exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.107, p.7-40, jul. 1999.

VALENTE, A. N. E. F. Proposta Metodológica de combate ao racismo nas escolas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 93, 1995.

VITORINO, D. da C. Quem precisa de educação antirracista? Uma discussão sobre o papel dos professores no combate ao racismo e a discriminação em sala de aula. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 26, p.131-142, set./dez. 2011.

## 10.APÊNDICE A – Roteiro de questões para grupo focal

1- Apresentação das participantes:

Escola onde trabalha.

Quanto tempo trabalha com educação infantil.

Trabalha com educação infantil somente na PBH?

Se não, qual é a outra rede de ensino.

Trabalha com ensino fundamental?

Em que região de BH você trabalha?

Você considera essa região pobre?

2- Você já presenciou alguma situação de violência (física ou verbal) entre os alunos da educação infantil em sala de aula ou durante as atividades pedagógicas? Em caso afirmativo, descreva como foi esta situação. Caso tenha presenciado várias situações, relate a que mais chocou você.

3 – O que você fez para intervir sobre essa situação?

4 – Você já presenciou alguma situação de racismo entre as crianças na escola? Em caso afirmativo, descreva como foi esta situação. Caso tenha presenciado várias situações, relate a que chocou mais você.

5 – Você interviu nesta situação? De que maneira?

6 – Você já presenciou alguma situação de racismo entre crianças e funcionários e/ou professores negros na escola? Em caso afirmativo, o que foi feito com relação a esta situação?

7 – Você aborda de alguma maneira, em sala de aula, conteúdos sobre a história e a cultura negra? Em caso afirmativo, como você faz? Em caso negativo, por que você não aborda este conteúdo?

8– Você aborda de alguma maneira a discussão do racismo em sala de aula? Em caso afirmativo, como você faz? Em caso negativo, por que você não aborda este conteúdo?

9– Você conhece a Lei 10639/03 sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira?

Em caso afirmativo, como você ficou sabendo sobre esta lei?

10 – Existe na prefeitura de BH alguma iniciativa de aplicação dessa lei na educação infantil?

11 – O que você acha sobre a aplicação dessa lei na educação infantil?

12 – Durante a realização do seu curso de magistério e/ou graduação, houve a discussão de como abordar a discussão racial com crianças de educação infantil? Em caso afirmativo, relate como foi essa discussão (foi feita em alguma disciplina, foram sugeridos textos para leitura, etc.).

13 – Como você acha que deve ser debatida a questão do racismo com crianças na educação infantil?